



GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):

Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas

Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização

Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

Parna do Descobrimento e TI Comexatiba: um território sob duas políticas estatais que, entre avanços e retrocessos, começam a ser apaziguadas... mas eis que Sua Excelência é eleito!

Autoria: Rodrigo Paranhos Faleiro (ICMBio)

O estudo do processo de construção do Termo de Compromisso dos índios Pataxó da Terra Indígena Comexatiba com o Parque Nacional do Descobrimento sobre o qual o território indígena é parcialmente sobreposto, demonstrou que equipes de diferentes órgãos do Estado ? FUNAI e ICMBio, no caso ?, desde que respaldadas pela legislação, são capazes de aprimorar seus protocolos de gestão territorial em favor da sociedade e, nesta situação, mais precisamente em favor dos índios Pataxó. A partir da análise da linha do tempo dos últimos trinta anos onde estão situados alguns fatos cruciais para as políticas indigenistas e ambientalistas, nota-se que alguns deles contribuíram para convergência de políticas que propiciaram a



resolução dos conflitos socioambientais advindos da sobreposição. Entretanto, também se observa como algumas posturas de dirigentes impactaram os processos de diálogo, ora acirraram os conflitos, ora convergindo os dois lados em prol de sua solução. Os Pataxó são índios da família linguística Maxakali do tronco Macro-jê que falam português e, nas últimas décadas, vêm resgatando a língua Patxôhá. Eles vivem no extremo sul da Bahia nas Terras Indígenas Águas Belas, Aldeia Velha, Barra Velha, Imbiriba, Coroa Vermelha e Mata Medonha; e no estado de Minas Gerais na Terra Indígena Fazenda Guarani. Destas, nosso foco principal está na Terra Indígena Comexatiba com cerca de setecentos habitantes que vivem em cerca de cinco aldeias situadas em um território com área de 28 mil hectares (Portaria nº 4, de 20 de setembro de 2018) no município de Prado, Bahia. Apesar da Terra Indígena estar parcialmente sobreposta ao Parque Nacional do Descobrimento, neste estudo analisamos a capacidade das equipes do Estado em adequar as conjunturas políticas dos Governos Dilma, Temer e Bolsonaro com a necessidade de materializar ações que garantam a efetividade dos objetivos das categorias no campo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: